

PESQUISA/INICIAÇÃO CIENTÍFICA - PESQUISA/ INICIAÇÃO CIENTÍFICA

**FINANCIAMENTO CLIMÁTICO NA AMAZÔNIA: ANÁLISE DE
INSTRUMENTOS FINANCEIROS PARA A MITIGAÇÃO DE IMPACTOS
AMBIENTAIS**

Ana Clara Machado Domingues (machadomingues@gmail.com)

Jonathan Gonçalves Da Silva (jonathandasilva@ufgd.edu.br)

Roselaine Bonfim De Almeida (roselainealmeida@ufgd.edu.br)

Willian Dos Santos Flores (senhorflores@hotmail.com)

A Amazônia, maior floresta tropical do mundo, desempenha papel crucial na regulação climática global, atuando como sumidouro de carbono e sustentando processos hidrológicos regionais e globais. Entretanto, a expansão da agropecuária sobre áreas florestais intensifica o desmatamento, contribuindo para a degradação ambiental e o aumento das emissões de gases de efeito estufa. O Brasil, signatário do Acordo de Paris, comprometeu-se a reduzir em 43% suas emissões até 2030 e a alcançar o desmatamento ilegal zero, apoiando-se em instrumentos como o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e o Fundo Amazônia. Contudo, retrocessos recentes na governança e fiscalização do Fundo enfraqueceram sua efetividade, afetando a credibilidade internacional do país e sua capacidade de atrair financiamento climático. Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo analisar estratégias financeiras disponíveis e emergentes para mitigar os impactos ambientais na Amazônia, com foco na identificação de instrumentos consolidados — como fundos de conservação, títulos soberanos sustentáveis e créditos de carbono — e na

avaliação das oportunidades e desafios para sua ampliação. Metodologicamente, o estudo baseia-se em revisão bibliográfica e documental de relatórios oficiais, artigos científicos e dados financeiros recentes, permitindo uma avaliação crítica da eficácia e dos limites dos mecanismos analisados. Os resultados indicam que, embora o Fundo Amazônia continue sendo um pilar do financiamento climático no Brasil, sua dependência de doações internacionais o torna vulnerável a contextos políticos externos, como a reeleição de Donald Trump em 2024, que fragilizou o apoio dos Estados Unidos ao Acordo de Paris e reduziu a perspectiva de novos aportes. Nesse cenário, novos instrumentos surgem como alternativas estratégicas: os Títulos Soberanos Sustentáveis, lançados em 2023, captaram US\$ 2 bilhões com impacto positivo no combate ao desmatamento e em programas sociais; o Tropical Forests Forever Facility, previsto para a COP30 em Belém em 2025, busca mobilizar até US\$ 125 bilhões no mercado global, oferecendo previsibilidade e escala para remunerar países em desenvolvimento pela conservação de florestas tropicais; e o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões, criado em 2024, estabelece uma base regulatória para o mercado de carbono, com potencial de transformar a Amazônia em um dos maiores polos de geração de créditos de carbono do mundo. Apesar do potencial desses instrumentos, ainda existem desafios relacionados à transparência, à governança e à inclusão do setor agropecuário, principal vetor de desmatamento, na agenda de mitigação. Conclui-se que a construção de uma arquitetura financeira híbrida e complementar é essencial para superar a volatilidade das doações internacionais, fortalecer a governança ambiental, atrair capital de mercado e assegurar que os benefícios alcancem comunidades locais e povos tradicionais. Ao consolidar uma estratégia integrada de financiamento climático, o Brasil pode não apenas cumprir suas metas do Acordo de Paris, mas também assumir liderança global na transição para uma economia de baixo carbono, especialmente no contexto da COP30, sediada na Amazônia. Agradecimentos: À Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio e financiamento desta pesquisa.

Palavras-chave: sustentabilidade financeira; governança ambiental; desmatamento.